

O que é democracia?

I. até 1979

Iniciamos pelo altruísmo de que o andamento do debate acerca da democracia relaciona-se com a evolução das lutas de classe – mais diretamente com seu aspecto político. Ainda que isto possa ser argumentado tendo em vista um escopo mais amplo, para uma reflexão voltada à superação da ordem do capital é mais urgente o que ocorreu e tem ocorrido no campo mais restrito das teorizações à esquerda, abertamente anticapitalistas. Essa a razão de nos centrarmos sobre esse horizonte.

Assim, após a geração de Marx e Engels, o primeiro momento desse debate é marcado pela tomada do poder pelos bolcheviques, em 1917, pelo início a maior onda revolucionária da história da humanidade. Nem os 26 anos da grande Revolução Francesa (1789-1815) são a ela comparáveis. Da queda do Palácio do Inverno à entrada do Exército Vermelho em Pequim, em 1949, foram 32 anos de grandes revoluções. Desde as greves de 1936 na França, a Guerra Civil Espanhola (1936-39), passando pela resistência aos nazistas na França, na Itália e na Holanda – eventos que contaram com forte participação proletária – até as grandes revoluções camponesas como a Chinesa, a vitória dos Vietnamitas contra o imperialismo francês (1954), o movimento camponês na Índia e Paquistão entre ____ e ____, passando pelo surgimento de Partidos Comunistas em praticamente todo o globo, como membros da III Internacional. Mesmo países de pouca ou nenhuma tradição de luta operária sentiram o reflexo da Revolução de Outubro.

Correndo o risco de uma generalização excessivamente simplificadora, esperamos não ser inverdade postular que, nesses anos, a avaliação da democracia adquiriu um conteúdo anti-burguês. Quer pela defesa da Ditadura do Proletariado (defesa que muda de conteúdo quando passamos, por exemplo, do *Estado e a Revolução*, de Lenin (1917), ao período stalinista), quer pela defesa do que então se denominava de democracia proletária (pense-se nos autonomistas, nos conselhistas como Pannekoek e Paul Mattick, entre os bolcheviques tivemos a Oposição Operária dos anos de 1919-1921, ou ainda, *Marxismo e Filosofia* (1922) de Korsh e *História e Consciência de Classe*, de G. Lukács(1923)), predominava na esquerda, nesses anos, a recusa da democracia como burguesa. Seu conteúdo de classe era abertamente identificado e proclamado: a democracia era identificada com integrante do complexo alienado de relações sociais a ser superado pelo comunismo. Em poucas palavras: a democracia era identificada como a forma mais desenvolvida de domínio do capital sobre os trabalhadores (Lenin) e, por isso, deveria ser superada junto com a burguesia.

Se dermos um salto de algumas décadas, veremos que, nos anos de 1950, o que predominava nos debates envolvendo a democracia mudara de tom e trocara de eixo. Agora, o que predominava era a contraposição entre o regime tipo soviético (que, a esta altura, incluía agora também a Europa Oriental, a China e logo mais abarcaria a Coreia do Norte e Cuba) e a democracia do Estado de Bem-Estar nos 8 ou 9 países capitalistas avançados. Novamente correndo o risco de uma simplificação excessiva, o que predominava, nesses anos do pós-guerra, era a contraposição entre a ditadura que se estabelecera nos países "pós-revolucionários" e as liberdades democráticas burguesas dos países "democráticos". Partido único ou liberdade de organização

política, liberdade de imprensa ou controle pelo Estado dos órgãos de comunicação, mercado de trabalho ou alocação da força-de-trabalho pelo Estado, liberdade de ir e vir ou controle pelo governo da movimentação geográfica da população, livre iniciativa empresarial ou planejamento estatal – e assim sucessivamente.

Os defensores dos regimes tipo soviético tinham muito a apresentar. De fato e indiscutivelmente, os governos oriundos das revoluções foram capazes de promover o desenvolvimento das forças produtivas em um ritmo e em uma escala inédita na história da humanidade. Da miséria do povo russo à segunda potência mundial, com empregos para todos, casa (bem ou mal) para todos, escolas e saúde públicas para todos, transporte para todos etc. – as realizações do stalinismo no que se refere a elevação do padrão de vida e à erradicação da miséria são impressionantes. Para uma geração que vivia em uma miséria abjeta, ver seus netos com saúde, escola, programas culturais, casa, alimentação, segurança pública etc. era um ganho que tornava a falta de liberdades políticas um preço pequeno a ser pago. Por outro lado, gerava a impressão de que o único problema dos regimes de estilo soviético seria a falta de democracia. A grande popularidade de Stalin, Mao e Fidel Castro em larga medida se explica pelo desenvolvimento real, objetivo, que seus governos foram capazes de promover (por vezes mesmo em circunstâncias históricas terríveis, como quando da ocupação da União Soviética pelos nazistas). Os dados econômicos e a melhoria do padrão de vida eram fortes argumentos e pareciam, de fato, justificar a superioridade da economia "planificada" sobre a "caótica" economia capitalista típica: a crise de 1929 e o nazi-fascismo ainda eram lembranças bem presentes, naqueles anos.

As democracias ocidentais, contudo, não ficavam muito atrás: exibiam as realizações do Estado de Bem-Estar. Ainda que tenha sido tematizado mais intensamente após a II Grande Guerra, o desenvolvimento do Estado de Bem-estar tem início bem antes, a rigor, seus primeiros passos podem ser identificados no processo de unificação alemão, que se conclui em 1870-71 (mesmo ano cuja crise marca a passagem do capital concorrencial ao capital monopolista). A característica mais importante do Estado de bem-estar foi a articulação de um tripé: 1) as políticas públicas voltadas a intensificar a extração da mais-valia relativa pela ampliação à quase universalidade de serviços estatais que derrubam o valor da força de trabalho (educação, saúde, transporte, moradia, etc.), 2) uma política externa voltada à implantação das multinacionais nos países do Terceiro Mundo visando um fluxo contínuo e crescente de mais-valia absoluta aos países centrais e, 3) por fim, o desenvolvimento do complexo industrial-militar, a principal válvula de escape para a superprodução.

Esse tripé econômico favoreceu o desenvolvimento da aristocracia operária e fortaleceu sua aliança com o grande capital. Esse fenômeno político é o que a escola da regulação na França costumou denominar de o "grande consenso", invertendo, no seu modo idealista típico, causa e causado: tomando a aliança da aristocracia operária com o capital como causa, e não como decorrência, desse tripé econômico.

Os debates ao redor da democracia passaram, então, a ser marcado pela contraposição entre os partidários do modelo soviético e os partidários do Estado de Bem-Estar. Dois campos antagônicos – os mísseis da Guerra Fria entre eles -- e, contudo, com muitos pontos em comum.

Em primeiro lugar, no interior da esquerda, os dois campos defendiam a transição ao socialismo. Os socialistas "democráticos" e os "comunistas" propunham, ambos, a superação do capitalismo. Os argumentos eram, também, similares: a melhoria do padrão de vida e os números do desenvolvimento econômico, tanto soviéticos quanto os do Estado de Bem-estar, eram apresentados como prova decisiva da superioridade de um frente ao outro. Em terceiro, lugar "comunistas" e "socialistas democráticos", ambos, propunham que a sociedade que superaria o capitalismo teria uma economia nos marcos nacionais, ordenada pelo Estado e contaria com o mercado, com dinheiro e com o trabalho assalariado e com a família monogâmica patriarcal.

Em quarto lugar, ambos os campos admitiam que o padrão fordista de produção industrial (a parcelização ao infinito dos processos de produção, tanto nas fábricas quando nos serviços, e a produção em massa) seria a forma básica de organização da produção industrial na nova sociedade. O padrão fordista seria uma decorrência necessária do desenvolvimento tecnológico e que, enquanto tal, era afirmado como "neutro", servindo tanto ao projeto "socialista democrático" quanto ao "comunista". (Nagel, __) Curioso como a crítica soviética ao "fordismo" nos países ocidentais tinha por objeto quase exclusivo o fato de ser explorado pelo capital – daí, afirmavam, seu caráter alienado. Como decorrência, a organização fordista no caso soviético era tido como "emancipatória" e, o fato de o trabalho excedente ser apropriado imediatamente pelo Estado não era considerado um processo de alienação. Os problemas que daqui emergem podem ser antevistos sem maiores discussões: a crítica à alienação assume um crescente formalismo que se relaciona, diretamente por vezes, com a negação, puramente formal-lógica, da inexistência da propriedade privada na URSS pelo fato de, juridicamente, os meios de produção pertencerem ao Estado. Como se a propriedade privada fosse caracterizada pela relação jurídica de propriedade particular e, não, pela exploração do homem pelo homem, em todas as suas variantes históricas.

Entre os "socialistas democráticos" e os "comunistas", se havia alguma diferença significativa, nessa esfera mais diretamente econômica, era acerca do grau e da intensidade da organização da economia pelo Estado --, não muito mais do que isso. As discussões se haveria ou não um mercado socialista e outro capitalista, se a mediação do dinheiro poderia ter um caráter emancipatório, não mais marcado pelo fetichismo da mercadoria¹, se tornaram tão acadêmicas quanto a discussão medieval acerca do sexo dos anjos: o quanto tinham de despropositado logo se tornou evidente e hoje raramente são sequer mencionadas.

Por fim, todos previam que o "Terceiro Mundo" (isto é, aquela maioria da população mundial que não fazia parte nem dos 9 países do Estado de Bem-Estar, nem do Bloco que se denominava socialista), iria, por força do próprio andamento da história, desaparecer em um futuro próximo. Desapareceria quer pela universalização do modelo soviético ou pela universalização do Estado de Bem-estar. Ambos os campos asseguravam que a miséria da Biafra, do Brasil ou da Índia não mais existiria no século 21.

¹ Curioso, ainda, os "ecos" futuros dessa discussão. Negri, em _____, afirma que a troca de dinheiro entre os proletários faria parte da constituição do comunismo nos interstícios do capital que estaríamos assistindo em nossos dias! (citar....)

A grande diferença para os anos de 1920 é que o debate deixou de ter por base e fundamento o modo de produção. Para a geração de Lenin, Rosa Luxemburgo e Trotsky, tratava-se de destruir o capitalismo e transitar ao socialismo. Um processo necessariamente mundial que conduziria, pela mediação transitória de uma organização política tipo Comuna de Paris (a acepção original da Ditadura do Proletariado, lembremos), a uma sociedade livre do capital. Sem, portanto Estado, sem trabalho assalariado, sem política e sem mercado.

No pós-guerra, o horizonte era, definitivamente, outro. Sendo, o futuro, o Estado de Bem-estar ou o Estado soviético, em qualquer dos casos a riqueza social continuaria sendo produzida pelo trabalho assalariado. A distribuição continuaria sendo operada pelo mercado. O dinheiro continuaria sendo uma mediação social universal. O Estado continuaria exercendo seu poder opressivo. A discussão dava-se, agora, no interior do Estado, do mercado e do trabalho assalariado. Eram duas facções de um mesmo campo, não mais dois campos antagônicos. Tudo se resumia ao modo de organização do Estado, da exploração do trabalho, do mercado e da família patriarcal. A única divergência verdadeiramente antagônica eram as liberdades democráticas: melhor com elas ou com o regime político do "partido único"?

Aos mais jovens, ou aos que se esqueceram, talvez seja bom lembrar que esse debate se estendeu a todos os campos das ciências humanas. Absurdos foram ditos e "demonstrados", quase sempre com manipulações estatísticas nem sempre argutas²; categorias novas foram introduzidas sem o menor respeito à história (por exemplo, a divisão técnica do trabalho que seria "neutra" em relação às relações de produção, o mercado como uma relação não alienada, o Estado como realização da liberdade e não como o "comitê executivo da classe dominante" (Marx), etc.). Um bom exemplo do quão mirabolante se tornaram as teorias nesse campo, foram os argumentos contrapostos aos de um Samir Amim ou de um Emmanuel de que o Estado de Bem-estar teria na exploração da miséria do Terceiro Mundo um seu elo econômico decisivo. Contra tal tese, argumentou-se que a riqueza produzida nos países imperialistas, se comparada com a produzida na periferia do capitalismo, era tão gigantesca, que seria a demonstração cabal do equivoco das teses "terceiro-mundistas": os países capitalistas avançados não viviam da exploração dos países menos desenvolvidos porque produziam quase a totalidade da riqueza de seus PIBs. Bem pesadas as coisas, essas teorizações que legitimavam o imperialismo ao simplesmente negar sua existência, não iam muito além do truque teórico de se confundir mais-valia relativa e mais-valia absoluta. Desconsideram o fato básico de que sem a produção da mais-valia absoluta no Terceiro Mundo não haveria produção possível de mais-valia absoluta.

Numa generalização que, uma vez mais, comporta importantes exceções, esperamos que não seja uma completa inverdade sumariar a discussão sobre a democracia naquelas décadas imediatamente posteriores à II Grande Guerra dizendo que ela teve por centro, por vezes, mesmo concentrou-se inteiramente, na questão imediatamente política. Havia uma ampla concordância sobre pontos essenciais (a permanência do Estado, do mercado, do trabalho assalariado, da família monogâmica patriarcal, a manutenção dos países etc.) e o antagonismo centrava-se quase

² citar meu exemplo da distribuição de renda nos Estados de Bem-Estar (Cornia?)

inteiramente sob a forma de organização do Estado: dever-se-ia adotar o modelo "soviético" ou "democrático"?

Dois pontos, aqui, são importantes: primeiro, a distância para com a discussão acerca da democracia no início da onda revolucionária que se iniciou em 1917. Naquele momento, a democracia era imediata e diretamente burguesa. O comunismo, mesmo que pela mediação da NEP, era tido como a superação da divisão da humanidade em classes sociais: o Estado teria que ser superado, junto com as alienações que brotam do capital, ou seja, o trabalho assalariado, o mercado, o dinheiro etc. O patriarcalismo deveria ser superado por uma forma superior de amar e também de se organizar a reprodução familiar. Os países seriam superados pela Internacional, um planeta sem padrões.

Desse patamar da discussão, passamos a outro, muito distinto, em que um amplo consenso sobre a manutenção do mercado, do Estado e do trabalho assalariado servia de base para a divergência acerca da forma desse Estado. Não era uma divergência desimportante, evidentemente. Mas uma divergência que tinha por base um consenso inexistente na década de 1920. Esse campo consensual é o que marca a mudança de qualidade no debate a cerca da democracia, comparando-se os primeiros anos depois de Revolução Russa e os primeiros anos após a II Grande Guerra.

O segundo ponto importante a ser aqui assinalado: o debate acerca da democracia vai perdendo seu caráter de classe e vai ganhando acentos cada vez mais intensamente politicistas. Isto é, desconexa a esfera da política de suas bases na reprodução da sociedade (a começar pela economia), confere-se à política um irreal poder de transformação social. Vai se tornando cada vez mais presente a tese de que o decisivo da história da humanidade são a política e seu instrumento, o Estado. Nesse andar da carruagem, por parcelas da esquerda, em mais uma década Gramsci irá passar por uma certa "redescoberta" que, de comunista membro de um partido stalinista, é convertido em "interlocutor" de Bobbio ou de Boaventura de Souza Santos. Com certa ironia da história, anos depois do XX Congresso do PC da União Soviética, em que Kruschov denunciou os crimes de Stálin, o voluntarismo típico da ideologia stalinista voltaria a aparecer no politicismo que se afirmaria no debate acerca de democracia no pós-guerra. O idealismo de ambas as versões é claro: a vontade, que se expressa no sujeito coletivo que tem no "moderno príncipe" seu catalizador universal, é o motor das transformações sociais. Quem seria o "moderno príncipe" é o polo da divergência: os PCs e Estado soviético ou os Partidos democráticos e Estado de bem-estar.

Em linhas muito gerais e desconsiderando importantes exceções: o debate envolvendo a democracia vai se afastando da totalidade social, dos fundamentos econômicos desta, e se isolando na esfera imediatamente política: a questão passa a ser a forma do Estado e da exploração do trabalho, não o Estado e a exploração enquanto tais. O politicismo tende a predominar até ser o campo exclusivo da reflexão acerca da democracia.

II. 1970 – crise estrutural – contrarrevolução

A década de 1970 trouxe uma ruptura profunda nas bases materiais da humanidade e forçou a uma não menos profunda adaptação do debate acerca da democracia "aos novos tempos".

As crises econômicas e as greves operárias dos anos de 1967-8, a explosão do movimento estudantil mundo afora e a generalização de movimentos guerrilheiros nos cinco continentes foram as marcas mais evidentes do esgotamento estrutural do tripé econômico na base dos Estados de Bem-estar. A derrota estadunidense no Vietnã, a elevação dos preços do petróleo (a OPEP se tornaria uma sigla popular) e a recessão econômica que se seguiu foram as manifestações iniciais da "crise estrutural do capital", tal como caracterizada por Mészáros em sua obra-prima, *Para além do capital*.

Nas economias ocidentais, a superprodução atinge tal nível que não pode ser mais destruída pelas crises econômicas. A crise deixa de ser um interregno entre dois períodos de prosperidade econômica e se converte em uma crise estrutural, permanente e insuperável. O capital apenas pode se reproduzir pela mediação do "capital fictício" (Marx) e requer taxas cada vez mais elevadas de extração da mais-valia, tanto a absoluta quanto a relativa. Por uma perversa mediação da própria lógica do capital, essa elevação da taxa de mais-valia, nas condições da crise estrutural, é realizável apenas com a condição de se ampliar a produção com a redução da força de trabalho empregada. Desemprego e superprodução são os dois índices econômicos que mais se elevam. Em um extremo, o mercado de luxo é aquele que (relativamente) não conhece crise, no outro, a matança pela fome de milhões de pessoas cuja força-de-trabalho não tem mais serventia ao capital. Tal como a humanidade, as cidades se convertem em enormes massas de miseráveis, em favelas ou assemelhados, a cercar ilhas de extrema e abjeta opulência.

Na União Soviética, os desequilíbrios de uma economia que reproduz o capital sem um mercado da força-de-trabalho (que extrai a mais-valia pela mediação da política, do Estado), com a crise estrutural entrou em uma crise terminal. Já no final de 1970 os sinais catastróficos se faziam perceber, 1989-91 foi apenas o último ato de uma tragédia que se desdobrava por décadas.

As duas alternativas que se proclamavam como o futuro de uma humanidade sem miséria, o Estado Soviético ou o Estado de Bem-estar, deixaram de existir em poucos anos. O neoliberalismo e o toyotismo enterrariam de vez os sonhos de um universal Estado providência que corrigiria as "assimetrias" geradas pelo mercado, tal como sonhavam os "socialistas democráticos". O fim da URSS – o único império da história das sociedades de classe que se dissolve por suas contradições internas, sem ser invadido por exércitos estrangeiros – é a prova cabal de que o futuro da humanidade não passaria pelo planejamento à la Glasnost nem pelo Estado do partido único.

Se a crise estrutural do capital houvesse sido confrontada com uma vaga revolucionária, ter-se-ia gerado uma base social para um desenvolvimento ideológico em tudo distinto do que, de fato, viemos a conhecer. Mas o que assistimos foi exatamente o oposto: o período contrarrevolucionário mais extenso e intenso de toda a história da humanidade³. Esse fato se relaciona ao desdobramento das lutas de

³ As revoluções são um fenômeno histórico recente. A primeira classe revolucionária foi a burguesia e, as primeiras revoluções, foram a Inglesa (século 17) e a Francesa (1789-1815). Desde a derrota de Napoleão em Waterloo, seguidas crises revolucionárias eram seguidas por períodos contrarrevolucionários. Ainda que o conteúdo das revoluções, bem como dos períodos de contrarrevolução, tenham sido muito distintos ao longo do tempo, jamais, como hoje, a humanidade passou tantas décadas uma grande revolução. Depois da Revolução Chinesa (1923-1949), as revoluções

classe das décadas anteriores, lutas essas essencialmente marcadas pelo crescimento nos principais países capitalistas das estruturas sindicais e políticas dedicadas à colaboração de classe com o capital e, do outro lado da "cortina de ferro", pelo rígido controle pelo Estado do movimento dos trabalhadores.

A aliança da burguesia com a aristocracia operária, o traço essencial da política dos países que conheceram o Estado de Bem-estar, foi um processo que levou algumas décadas para se realizar plenamente, entre outras coisas porque teve que vencer resistências tanto do lado do movimento operário quanto do lado do capital. Não é, aqui, o caso, de decorrer sobre essa história. É suficiente mencionar que tem início já no século 19, com a Alemanha de Bismarck e, na Inglaterra e, logo após da I Guerra Mundial, na França. Nos Estados Unidos é mais intensamente "costurada" a partir dos anos de 1930-40. No movimento operário, não foi fácil se isolar os elementos mais à esquerda, que se apoiavam na real contradição do capital com o trabalho para combater os "pelegos" e "traidores" que defendiam uma aliança com a burguesia ao redor de um programa de "desenvolvimento econômico e geração de empregos". Lenin relembra, em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, a caracterização que Engels fez da aristocracia operária: "lugar tenentes do capital no movimento operário".

Entre os burgueses, nem sempre predominaram as propostas favoráveis a uma aliança com aqueles trabalhadores "com os quais se pode conversar para isolar aqueles com os quais o diálogo é impossível". Não apenas por concepções estratégico-políticas distintas, mas também porque setores do capital seriam prejudicados com as concessões econômicas que uma aliança com a aristocracia operária requeria.

Percalços de parte a parte, contudo, os desenvolvimentos do capitalismo monopolista e do imperialismo (sua necessária decorrência) desenvolveram uma base objetiva, limitada mas, nem por isso, menos real, de interesses comuns entre a aristocracia operária, a pequena burguesia e o grande capital. Todos esses setores, em medida importante ainda que diferenciada, tanto no passado quanto no presente, são favorecidos pelo desenvolvimento de um mercado de massa de produtos baratos e produzidos em série. O que implica, imediata e diretamente, a extração de enormes massas de mais-valia absoluta dos trabalhadores mais pobres, tanto nos países imperialistas quanto no "Terceiro Mundo".

As teorizações acerca de um consenso entre a burguesia e os trabalhadores (uma categoria que vai, paulatinamente, obnubilando na teoria a distinção entre os operários e demais assalariados) teve um profundo impacto sobre o debate envolvendo a democracia e, por esse motivo, precisamos nos deter com algum cuidado sobre os seus fundamentos materiais.

III. Mais-valia relativa e aristocracia operária

Sabemos desde antes, mas, especialmente a partir de Marx, que o valor de troca de qualquer mercadoria corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário nela

tiveram pequeno impacto mundial (Argélia, Cuba, libertação das colônias portuguesas, Nicarágua e Irã) e, a partir de 1980, simplesmente desapareceram. Por mais de seis décadas, desconhecemos uma grande revolução capaz de abalar o capital em uma escala mundial: nesse sentido, o período mais longo e mais profundo em que se afirma a vitória do capital sobre os trabalhadores, portanto sem uma reação revolucionárias destes.

cristalizado. Ao serem consumidas, todas as mercadorias perdem valor. Exceto uma. Esta, uma vez consumida, resulta em um valor maior do que o seu próprio. É o milagre dos milagres: a força de trabalho é aquela mercadoria que, ao ser consumida (e só pode ser consumida na produção), gera um valor maior do que o seu próprio. Esse valor de troca maior que o seu próprio é a mais-valia⁴.

A relação entre o tempo de trabalho socialmente necessário para pagar o salário e o restante da jornada de trabalho, a mais-valia, se altera constantemente. A concorrência entre os capitalistas faz com que necessitem produzir cada vez mais pagando cada vez menos salários: ou seja, vence a concorrência e fica no mercado aquele capitalista que, tendencialmente, for capaz de reduzir cada vez mais o tempo de trabalho socialmente necessário para cobrir o salário de seus trabalhadores, ampliando assim sua mais-valia. Os capitalistas, por isso, cotidianamente, procuram ampliar a mais-valia que expropriam de seus trabalhadores. Isso é a essência da "lei geral da acumulação capitalista" (Marx).

Há apenas duas formas pelas quais o capitalista pode ampliar a mais-valia: a forma absoluta e a forma relativa.

A forma absoluta é a mais comum e a mais antiga. Em um dado mercado, um conjunto de capitalistas concorre entre si. Vamos imaginar que todos fazem seus assalariados trabalharem por 8 horas por dia e retiram 5 horas de mais-valia (3 horas ficando para os salários). Se um patrão conseguir forçar os seus trabalhadores a receberem um salário menor, digamos, o equivalente a 2,5 horas por dia, (ou, o que dá no mesmo, aumentar a jornada para 10 horas sem aumento de salário) acumulará mais capital que seus concorrentes.

A vantagem da forma absoluta de ampliação da mais-valia é que ela é rápida, por vezes sequer precisa de novos investimentos ou qualquer reforma gerencial. Decide-se! Os trabalhadores que não aceitarem, são demitidos. A desvantagem, não pequena, é que provoca uma revolta imediata entre os trabalhadores. A sabotagem aumenta, a produtividade dos trabalhadores cai, a "má vontade" passa a dominar os locais de trabalho. Muitas vezes explodem greves ou conflitos mais graves. Por isso a mais-valia absoluta pode ser empregada com limites que são dados pelas lutas de classe, pela intensidade do desemprego, pela capacidade de resistência dos trabalhadores e assim por diante.

Outra forma, muito atual, de ampliação absoluta da mais-valia é transferir as empresas para cidades pequenas, do interior do país, onde não há trabalhadores com experiência de greves e outras formas de resistência, que contam com sindicatos domesticados – na enorme maioria, ligados à CUT e à Força Sindical – e, ainda, em que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a força de trabalho é bem menor que nas grandes cidades (o transporte, a moradia, a alimentação, a educação etc. tendem a ser bem mais baratos, entre outras coisas). Nesse caso, os investimentos de capital são consideráveis, mas a troca da força de trabalho mais cara e com tradição de lutas por outra mais barata e desorganizada, dominada por sindicatos domesticados, tem sido muito lucrativa. Desde a busca pelos *green fields* nos Estados Unidos, até o deslocamento da produção industrial dos países imperialistas centrais às nações em que o valor da força de trabalho seja mais baixa, são exemplos contemporâneos dessa tendência.

Diferentemente da mais-valia absoluta, o aumento relativo da mais-valia é conseguido pela alteração da relação (por isso mais-valia *relativa*) entre o valor da força de trabalho e o valor das mercadorias produzidas pelo trabalhador. Voltemos ao nosso exemplo: um conjunto de

⁴ Um certo modismo, um exagerado apego à importância de ser original, somados ao culto da novidade e alguns interesses editoriais, fizeram com que, em algumas traduções recentes dos textos de Marx, mais-valia venha traduzida por mais-valor. Não se impressione, caro leitor, é a mesma categoria de Marx traduzida de uma forma novidadesca.

capitalistas concorrendo entre si com assalariados que trabalham 8 horas por dia e, destas, 3 horas são para os salários. Se a comida, a moradia, o transporte dos trabalhadores ficarem mais baratos, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a força de trabalho também cai. Ou seja, ao desenvolvimento do capitalismo levar à industrialização da fabricação de vestuário, dos alimentos, dos produtos farmacêuticos etc., fazendo com que essas mercadorias percam valor (porque gasta-se menos tempo de trabalho para produzi-las), o valor da força de trabalho que consome estas mercadorias também tenderá a cair. Com isso, ao invés de o salário consumir 3 horas da jornada de trabalho, passará a consumir 2,5 ou 2 horas: amplia-se, assim, a mais-valia.

Mas há, também, outro modo relativo de se ampliar a mais-valia: melhores tecnologias, maquinários mais sofisticados e potentes, formas mais evoluídas de gerência da força de trabalho etc. retiram de cada trabalhador uma produção muito maior por hora trabalhada. Com isso, o necessário para produzir seu salário pode reduzir-se, das 3 horas anteriores, para 2,5 ou 2 horas. E, aqui, há uma vantagem adicional para o capital. Não raramente uma tecnologia mais desenvolvida requer menos trabalhadores. Pagando-se menos salários, a mais-valia amplia-se ainda mais. Por vezes, aumenta tanto, que compensa ao capitalista ter menos trabalhadores, ainda que alguns sejam especializados e recebem salários bem superiores aos de seus antigos colegas.

Toda a economia capitalista se apoia, portanto, em uma qualidade "milagrosa" de uma única mercadoria, a força de trabalho: seu consumo gera um valor de troca maior do que o seu próprio. Contudo, com a mais-valia relativa temos um segundo "milagre": o padrão de vida e de consumo de uma parcela minoritária dos trabalhadores e operários pode melhorar pelo mesmo mecanismo que amplia-se a lucratividade do capital. Dois segredos, aqui: essa parcela é, necessariamente, sempre minoritária e, se suas condições de vida e consumo melhoram, não necessariamente o mesmo ocorre com suas condições de trabalho. Por vezes, a intensidade do trabalho se torna tão violenta que a sobrevivência no emprego se reduz a pouco mais de uma dezena de anos.

Esse segundo milagre (a melhoria das condições de vida e consumo de uma parcela dos trabalhadores) tem um mecanismo que fácil de ser compreendido em seus traços gerais. Tendo em vista que a queda do valor dos bens de primeira necessidade consumidos pelos trabalhadores e operários tende a reduzir o valor do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução dos mesmos, a mera industrialização desses produtos já possui como resultado a ampliação da mais-valia sem que tenha que ocorrer um prolongamento da jornada de trabalho ou uma redução dos salários.

A lucratividade do capital aumenta, nesse caso, em dois momentos. Primeiro, porque os produtos de primeira necessidade antes produzidos artesanalmente e em pequena escala, passam agora a serem produzidos em escala industrial, gerando uma fonte antes inexistente de mais-valia. Segundo, porque a queda do valor da força de trabalho já implica na ampliação da mais-valia.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista foi tornando cada vez mais frequente e cada vez mais economicamente relevante, outra fonte de redução do valor da força de trabalho: as políticas públicas. Ao o Estado montar um sistema, por vezes universal, de saúde pública, educação pública, financiamento de moradias, subsídio ao transporte, subsídio à alimentação e todas as variações de políticas públicas, amplia também a lucratividade do capital. Novamente, em dois momentos. Ao o Estado se converter em um grande comprador de remédios, cimentos, equipamentos de transporte, equipamentos escolares etc. essas mercadorias podem ser produzidas em larga escala e, desta maneira e por essa medida, favorecem o surgimento de novas fontes de mais-valia antes inexistentes. Depois, ao fornecer serviços gratuitos ou subsidiados aos assalariados em geral, diminui o valor da força de

trabalho e, com, isso amplia correspondentemente a mais-valia. Quando, a partir de 1929, a implantação das políticas públicas ganharem um impulso importante dando origem ao que, com frequência é denominada Estado de Bem-estar, essa melhoria das condições de vida dos assalariados pelas políticas públicas conduzirá a uma concentração, não à uma distribuição, da riqueza e da renda – e a razão fundamental desse aparente paradoxo é evidente. Qual seja, as políticas públicas aumentam a lucratividade do capital, ampliam a mais-valia: não poderiam, em hipótese alguma, distribuir a renda e a riqueza, mesmo nos países imperialistas centrais.

A produção de bens de consumo de baixo custo, sejam as mercadorias como comida, roupas, moradia etc., sejam os serviços de educação, transporte, saúde etc., tem, contudo, uma contrapartida. Requer, necessariamente, que os salários que recebem os seus trabalhadores sejam mantidos os mais baixos possível. Isso se consegue, por um lado, porque são processos produtivos que possibilitam o emprego de trabalhadores não especializados ou de baixa especialização, muitas vezes de mulheres e, nos casos extremos, até mesmo de crianças. O valor dessa força de trabalho é, naturalmente, baixo. O desenvolvimento tecnológico, nessa área, tende a diminuir ainda mais as exigências de qualificação de seus trabalhadores, fortalecendo a tendência à concentração da força de trabalho menos valorizada nessas indústrias e agrobusiness. Por fim, esses salários são ainda mais reduzidos quer pelo deslocamento da produção para países ou regiões de salários mais baratos, quer pelo aproveitamento do excedente de trabalhadores gerados pela crise estrutural.

Portanto, a tendência é que a ampliação da industrialização dos produtos de primeira necessidade, que o avanço tecnológico nesse setor e que o deslocamento de complexos industriais inteiros para regiões de força de trabalho de menor valor, tenda a gerar uma massa de trabalhadores e proletários com baixos salários, péssimas condições de vida, jornadas de trabalho longas e extenuantes – e essa massa tende a crescer conforme avança a industrialização.

Esse é o primeiro momento em que se evidencia a dependência insuperável da mais-valia relativa para com a absoluta: sem a ampliação da massa de mais-valia relativa cristalizada nos produtos de primeira necessidade, não há uma ampliação da mais-valia relativa pela redução do valor da força de trabalho.

O segundo momento em que podemos perceber essa dependência é que o aumento da produtividade do trabalho, principalmente nas fábricas de mercadorias mais sofisticadas e que incorporam uma tecnologia mais avançada, possibilitam a produção de componentes, peças, máquinas e mesmo matérias-primas (vidro, celulose, ferro gusa; componentes eletro-eletrônicos, corantes e outros produtos para as indústrias de tecido e confecções; embalagens de todos os tipos e finalidades etc.) em indústrias e processos produtivos que geram elevada mais-valia absoluta. Tal como no caso das políticas públicas e dos produtos de primeira necessidade, aqui também manter os preços mais baixos possível, amplia a extração da mais-valia relativa, além de gerar novas fontes de mais-valia absoluta.

Essas são as três mediações mais gerais que possibilitam uma ampliação da lucratividade do capital pelo mesmo mecanismo que amplia o poder de consumo e melhora a qualidade de vida de uma parte, de melhores salários, tanto dos trabalhadores em geral quanto dos proletários. A contrapartida necessária é gerar uma massa de miseráveis, quer porque desempregados, quer porque assalariados nos setores responsáveis pela produção da massa de mais-valia absoluta.

Manter os trabalhadores que daqueles setores produtivos que geram a mais-valia absoluta imprescindível para girar todo o sistema do capital com os salários mais baixos que for possível tem uma consequência imediata, direta: amplia tanto a lucratividade do capital quanto o poder de compra dos assalariados e melhor poder aquisitivo.

As primeiras ilusões de que o desenvolvimento do capitalismo melhoraria a sorte de todos os assalariados ganharam um enorme impulso. Bernstein, naquela época, argumentava que o desenvolvimento do capitalismo automaticamente levaria à distribuição cada vez mais generalizada da riqueza e, portanto, ao socialismo. Apoiar o desenvolvimento do capitalismo seria, portanto, a correta estratégia revolucionária.

A distância entre a aristocracia operária e o conjunto da classe também aumentou porque, num processo descrito em detalhes por Lenin em *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*, os grandes grupos capitalistas passaram a investir na exploração de matérias primas e das fontes de energia (carvão e, depois, petróleo) dos países da África e da Ásia, fazendo surgir um proletariado nessas regiões ainda mais miseravelmente pago, e com condições de trabalho ainda mais penosas, que a de seus camaradas europeus. Há agora, não apenas a crescente distância entre os operários mais especializados e os "peões" no centro do capitalismo, mas também entre os proletários da Europa e os das colônias.

Em suma: na defesa de seus interesses imediatos, esses setores dos assalariados possuem uma significativa disposição para negociar com o capital políticas econômicas que mantenham ou ampliem seu poder aquisitivo. Formam aquela parcela dos trabalhadores e dos operários em que a burguesia encontra interlocutores confiáveis. Surge e se amplia, desse modo, um consenso entre tais setores dos assalariados e o grande capital. Esse consenso é real e tem consequências importantes para a luta de classes. Antes de mais nada, porque como as principais lideranças sindicais e políticas, tanto dos assalariados em geral quanto do proletariado, tendem a sair de suas parcelas de melhor salários e força de trabalho mais especializada, os grandes sindicatos, centrais sindicais e partidos de base trabalhadora vão inexoravelmente evoluindo, no período da crise estrutural, de opositores a parceiros da burguesia na administração do capitalismo em crise. Por vezes, como no caso do Brasil, mesmo ex-operários são colocados no poder com esta função. Mesmo um estudioso francês tão moderado e, por vezes, tão equivocado como Alain Bihr, é obrigado a reconhecer que as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e operários vão se convertendo em "cães de guarda" do capital.

Esse consenso é, portanto, real e possui profundas consequências no aumento da capacidade da burguesia manter o sistema do capital no período da crise estrutural. Contudo, esse consenso é também limitado, ao menos no que diz respeito à aristocracia operária. A razão fundamental desse limite é que também os aristocratas da classe operária são expropriados da riqueza que produzem, de tal modo que, na medida em que a crise estrutural avança, sua exploração também tende a aumentar. No século 21 assistimos à intensificação da jornada de trabalho entre a aristocracia operária a um nível que já se nota alguns sinais de revolta mesmo entre esse setor tão afeito a acordos com o patronato. Por vezes, essa revolta se manifesta contra seus representantes sindicais, que quase sempre auxiliam o capital a introduzir novas tecnologias e processos de trabalho que intensificam ainda mais a jornada. A aristocracia operária, portanto, tem sido um forte aliado do capital – até o momento. O antagonismo entre o capital o trabalho proletário está também ali presente e, mais cedo ou mais tarde, tenderá a cumprir seu papel histórico. Diferente, claro está, é a burocracia sindical e partidária que surge da aristocracia operária. Essa, diferente da classe, defenderá até o fim o capital.

Nesse processo que descrevemos em linhas tão gerais e retilíneas, há, claro está, contradições e desencontros profundos. Às ilusões de que o capitalismo conduziria à melhoria da vida de todos é acrescida, agora, a ilusão de que o Estado teria deixado de ser o comitê executivo da classe dominante para se converter em um Estado que democraticamente representaria o conjunto da sociedade. O reformismo no seio do movimento operário se fortalece e passa a ser a maioria nos congressos dos partidos e das organizações sindicais. A burocracia sindical e partidária apoia cada vez mais decididamente as teses de que a revolução

não mais seria necessária, pois a evolução do capitalismo mostrava que o seu desenvolvimento levaria à distribuição da riqueza e a um Estado cada vez mais representante de todas as classes sociais.

Essas consequências tiveram uma importância política ainda maior porque, como as lideranças tendem a sair da parcela mais especializada e culta dos operários, os partidos e sindicatos passaram a expressar mais diretamente os interesses da aristocracia operária que do conjunto da classe. Apesar de minoritária no interior da classe, a aristocracia operária vai fornecendo os membros da burocracia sindical e partidária e, com isso, seu peso político tende a ser muito maior que o seu número.

O domínio dos sindicatos e dos partidos pela aristocracia operária tem um reflexo na ideologia: o reformismo passa a contar com os meios econômicos e políticos dos sindicatos e partidos para se desenvolver e se popularizar. A possibilidade de se alcançar uma "sociedade justa", convertendo o capitalismo, de reforma em reforma, em um capitalismo de "face humana", é agora defendida abertamente por muitas lideranças sindicais e partidárias. Defendiam ainda que o Estado estava evoluindo para uma instituição democrática que defenderia os interesses de toda a sociedade. Engels, Lenin e Rosa Luxemburgo foram os principais opositores ao crescimento do reformismo. Lenin caracterizou com precisão a aristocracia operária ao escrever:

Essa camada de operários aburguesados ou de "aristocracia operária", inteiramente pequeno-burgueses pelo seu gênero de vida, pelos seus vencimentos e por toda a sua concepção do mundo, constitui o principal apoio da II Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia. Porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes operários da classe capitalista (*labor lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos "versalheses" contra os "communards".⁵

Desde o final do século 19, a burguesia vai se dando conta de que há um setor do proletariado com o qual "se pode conversar" e buscar acordos. Diferente do restante dos trabalhadores, esse setor é "civilizado", "cidadão" e "responsável". A burguesia percebe, ainda mais, que uma aliança com a aristocracia operária enfraqueceria o restante da classe, tornando mais fácil o controle de todos os trabalhadores pelo capital.

Assim já em 1918-22, a aristocracia operária e sua burocracia fossem importantes na derrota da Revolução Alemã e no assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na gigantesca greve de 1936 na França, Maurice Thorez, secretário geral do PCF e um dos principais representantes da aristocracia operária, se aliou com os capitalistas para desmontar o movimento. "É preciso saber como interromper uma greve", declarou. Logo após a II Guerra Mundial, em 1946, a confiança da burguesia na aristocracia operária na França chegou ao ponto de entregar às principais centrais sindicais a administração do sistema de aposentadoria

⁵ Comunardos e versalheses são referências aos dois lados da Comuna de Paris, os revolucionários (os comunardos) e os contrarrevolucionários que tinham seu quartel general em Versalhes. Lenin, V. U. (1984) *Imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Obras Escolhidas em Três Tomos, Editorial Progresso, Moscou, p. 585.

dos trabalhadores! Hoje, não por acaso, nem é um fato original, no Brasil, os fundos de pensão, tão importantes para a reprodução do capital, são administrados em larga medida pela burocracia que vem da aristocracia operária. Mais recentemente, em ____, Jean Lojkin, membro do comitê central do mesmo PCF, anunciou que o capitalismo estaria sendo superado pela sociedade da informação e que, por isso, a luta de classes entre o proletariado e a burguesia estaria superada por uma luta democrática de todos pelo acesso à informação! Isso, no momento em que as reformas neoliberais colocavam em movimento massas de trabalhadores e operários na defesa dos seus direitos contra o capital!

Diferenças e descompassos reconhecidos, a tendência geral não se altera. A ampliação da mais-valia relativa requer a ampliação da absoluta, gera as bases materiais para a colaboração de classe da aristocracia operária e dos assalariados mais elevados com o capital e na medida em que avançamos para o final do século 20 e o início do século 21, a instabilidade econômica e social torna ainda mais importante o papel da aristocracia operária no controle do proletariado. Com isso, aumenta ainda mais a integração da aristocracia operária, seus sindicatos e partidos, ao Estado e ao grande capital. Em muitos países a aristocracia operária e sua burocracia têm sido importante fiador das políticas neoliberais de da "reestruturação produtiva", mas sobre isso não é necessário mais do que esta referência.

Como essas mediações operam no interior de cada país e, por vezes, mesmo nas diferentes regiões de alguns países, varia enormemente. O que não varia é que a ampliação da mais-valia relativa implica na ampliação da mais-valia absoluta e que, nas condições da crise estrutural do sistema do capital, essa ampliação requer necessariamente a expulsão do mercado de trabalho de uma gigantesca porção da força de trabalho. Em uma economia como a brasileira que, aparentemente, teria "dado certo" no século 21, cerca de 60% da força de trabalho está desempregada ou no mercado de trabalho informal. O jornal do Worker's Socialist Party (EUA) publicou um estudo demonstrando que, fossem mantidos os mesmos critérios para se medir o desemprego da década de 1980, as taxas estariam acima dos 22%.

Também nada altera de essencial do que vimos, o fato de que, ao o capitalista buscar a ampliação da mais-valia, com frequência emprega uma combinação dos vários modos de ampliação da mais-valia. O que importa ao capital é, evidentemente, ampliar a mais-valia e, não, se essa ampliação é relativa ou absoluta.

Antes de expormos os impactos dessa aliança de classe entre a aristocracia operária e o grande capital, é preciso expor, ainda que brevemente, o fundamento material do terceiro componente desse consenso: os assalariados não operários, aquilo que Marx, em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*, denominou de classes de transição. Pois a esse setor pertence parte importante, não apenas da base eleitoral de apoio ao neoliberalismo, como também da intelectualidade que teorizou "os novos tempos".

IV. trabalhadores produtivos, improdutivos e proletariado

No *18 Brumário*... Marx analisa os processos ideológico e político pelo qual os setores e classes sociais se aproximam ou se afastam do proletariado ou da burguesia conforme a luta de classes se desdobra. Expõe a constituição social e o lugar que ocupam na estrutura produtiva os que não são nem proletários nem burgueses. Ele identifica, em primeiro lugar, os pequenos proprietários agrícolas que, por terem recebido de Napoleão o título de propriedade das terras que haviam tomado da nobreza durante a Revolução Francesa, vão seguir Luis Napoleão, sobrinho do grande Napoleão, mesmo que isso prejudique seus interesses de classe no longo prazo. Ele compara esses camponeses a um saco de batatas: estão lado a lado, contudo não compõem uma classe social capaz de entrar nas lutas com um projeto político

próprio. A penetração do capital no campo tende a eliminar esse campesinato e a substituir por um muito menos numeroso proletariado rural.

Além desses camponeses, Marx identifica uma grande quantidade de pequenos burgueses. Isto é, burgueses, mas com pequeno capital. Desde os donos de pequenas vendas e negócios, pequenas oficinas, até os profissionais liberais (como eram, então, os médicos, farmacêuticos, alfaiates, costureiras e assim por diante). Ao lado deles, temos ainda uma vasta gama de funcionários públicos empregados pelo Estado e, por fim, outros profissionais assalariados, como os jornalistas, teatrólogos, *chefs* de cozinha etc.

Quando Marx quer se referir ao conjunto dessas classes e agrupamentos sociais, muito heterogêneo internamente e com participação política muito diversificada mas, predominantemente, contrarrevolucionária, ele emprega o conceito de "classes de transição". Vamos, pois, segui-lo também nesse particular: adotemos o conceito de classes de transição.

A sociedade capitalista desenvolvida, industrializada, apresenta duas diferenças importantes se comparada com a da época de Marx. A primeira é o desaparecimento quase completo do campesinato, pequeno proprietário rural. A França é uma aparente exceção, porque lá o grande capital penetrou no campo também pela mediação da pequena propriedade agrícola. Em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, esse pequeno proprietário rural praticamente desapareceu frente ao agrobusiness.

A segunda diferença importante é que o desenvolvimento das forças produtivas liberou uma vasta quantidade de trabalhadores das atividades que transformam a natureza (do trabalho) e os deslocou para o setor de serviços ou para o comércio. Cresceu assim, enormemente se comparado ao século 19, os assalariados que não transformam a natureza, isto é, que não são proletários.

Hoje em dia, nas economias mais desenvolvidas do planeta, entre a burguesia e o proletariado há uma enorme massa de assalariados com um poder aquisitivo que vai desde a linha da miséria, até aos executivos que recebem salários milionários. Ao lado deles, compondo também as classes de transição, uma vasta e heterogênea gama de pequenos burgueses, em geral comerciantes, donos de pequenas oficinas, de taxis e de vans de transporte público. Temos, ainda, a dita economia informal, desde o contrabandista ou o revendedor de roupas de grife que saíram com defeito das confecções, como ainda toda a cadeia de tráfico de drogas e de armas.

O último setor importante das classes de transição, hoje, são os funcionários públicos, dos carcereiros e torturadores ao Presidente da República. Conforme se intensifica a repressão e a necessidade de maior controle da sociedade pelo Estado, o número e o peso social desse setor tende a crescer.

Apesar das enormes diferenças profissionais, culturais, de poder aquisitivo e mesmo de concepção de mundo e de participação política das classes de transição, elas compõem, junto com a burguesia, a porção parasitária da sociedade. Tal como os burgueses, elas também vivem da riqueza produzida pelo proletariado.

Toda a riqueza de toda e qualquer sociedade vem da transformação da natureza em meios de produção e meios de subsistência. Isso é fácil de ser percebido nos modos de produção escravista e feudal. Ninguém, nesses casos, argumentará que o soldado romano ou o padre medieval produzem qualquer riqueza; pelo contrário: é evidente que vivem da riqueza produzida pelos escravos ou pelos servos.

No capitalismo desenvolvido, isso já não é assim tão evidente. Por duas razões. A primeira e menos importante é porque todos são, agora, tipicamente ou burgueses ou assalariados. O

que gera a falsa impressão de todos os assalariados serem igualmente explorados pela burguesia. Veremos que são explorados, mas não igualmente explorados; a qualidade da exploração não é a mesma porque exercem distintas funções na estrutura produtiva.

A segunda, e mais importante, é que o capital é uma forma de propriedade privada que se reproduz diferentemente da propriedade privada escravista e feudal. Ainda que, como propriedade privada, seja a mesma apropriação pela classe dominante da riqueza produzida pelos explorados, o capital imediatamente se acumula pela mercadoria, ou seja, por aquele produto do trabalho que é portador da mais-valia.

Já vimos o que é a mais-valia é o valor de uso da força de trabalho sob o capital: consumida, produz um valor maior do que o seu próprio. Imediatamente, portanto, há dois tipos de trabalhadores assalariados: aqueles que produzem mercadorias (e, assim, produzem mais-valia) e os que não o fazem. Os primeiros são chamados de trabalhadores produtivos e, os outros, de improdutivos. Mas, atenção: produtivos ou improdutivos de mercadorias, de mais-valia.

O exemplo clássico de Marx é o de professor. Se ele trabalha em uma escola pública, é um trabalhador assalariado que não produz mais-valia. O Estado não vende ao aluno a mercadoria hora-aula do professor. Caso esse mesmo professor trabalhe em uma escola privada, ele será, então, um trabalhador produtivo de mais-valia. Pois, na escola privada, o seu trabalho se converte em uma mercadoria que o proprietário da escola vende aos pais dos alunos. O salário do professor possui um valor menor do que a hora-aula que ele produz, é uma mercadoria que, como toda mercadoria, é portadora de mais-valia.

Veja: o capital não se acumula com o trabalho do professor em uma escola pública. Mas se acumula com o trabalho do mesmo professor na escola privada. Isso é apenas uma decorrência de que se trata de relações sociais diversas: o Estado fornece um serviço que é a educação pública, a escola privada vende uma mercadoria produzida pelo professor (a hora-aula). Para o capital, o salário do professor do Estado é custo, o da escola privada é fonte de mais-valia.

Os assalariados, portanto, se dividem em assalariados produtivos e improdutivos de mercadorias, isto é, produtivos ou improdutivos de mais-valia. Essa diferença é importante, mas não determina as classes sociais, como veremos a seguir.

Voltemos ao exemplo de Marx: o professor na escola privada. Vimos que ele produz uma mercadoria, a hora-aula que, vendida pelo proprietário da escola, se converte em mais-valia. O patrão que explora o professor, claro está, acumula o seu capital.

Contudo, o professor apenas pode receber o seu salário se houver compradores para a mercadoria hora-aula que ele produz e, por isso, é preciso que haja uma vasta quantidade de pessoas na sociedade que não tenham tempo para educar seus filhos e que, simultaneamente, tenham dinheiro disponível para pagar a escola dos filhos. Ou seja, para que a escola seja um negócio lucrativo, é preciso que um montante de riqueza, sob a forma de dinheiro, já exista na sociedade. De onde provém essa riqueza que precisa existir para que o professor possa vender sua força de trabalho ao dono da escola?

Do trabalho do proletariado.

O trabalho que transforma a natureza gera um produto que, por ser natureza transformada, continua a existir depois de terminado o processo de sua produção. Por isso essa riqueza vai se acumulando na sociedade, de geração a geração. A cada ato de trabalho proletário, uma nova riqueza é acrescida à riqueza social já existente. A cada ato de trabalho proletário amplia-se o "capital social total" (Marx): produz-se um novo, antes inexistente, capital. Esse novo *quantum* de riqueza é, então, distribuído (claro, de modo muito desigual)

pela totalidade da sociedade e, deste modo, a riqueza necessária para que o professor possa produzir uma mais-valia tem sua origem o trabalho proletário.

Muito resumidamente essa distribuição funciona assim: a burguesia vende o produto gerado pelo trabalho proletário. Com o dinheiro obtido, ela paga todos os seus assalariados proletários ou não (administradores, executivos, chefes de oficina, engenheiros de todos os matizes, segurança na empresa etc.) e ela paga, também, os impostos que vão manter o Estado e, portando, que assalaria os funcionários públicos. A porção da mais-valia proletária que a burguesia industrial e do agrobusiness transferem aos bancos sob a forma de juros, também paga os assalariados do setor bancário. E, por fim, a parcela da mais-valia que a burguesia industrial transfere ao comércio também assalaria os trabalhadores deste setor.

Não apenas a riqueza da burguesia, mas também todos os salários têm sua origem no proletariado. O trabalho proletário, por ser fundante da sociedade burguesa, também é o produtor de toda a riqueza nela existente. Em outras palavras, a única classe social que não vive da exploração de nenhuma outra é o proletariado (do campo e da cidade). Todos os outros assalariados vivem da riqueza que a burguesia extrai do proletariado. Há, portanto, assalariados e assalariados: as classes de transição, de um lado e, do outro, o proletariado. Essa é uma das razões que fazem o proletariado a única classe revolucionária.

Isso não significa que os assalariados das classes de transição não sejam explorados pelo capital. O são. Mas sua exploração é qualitativamente diferente da exploração do trabalho proletário.

A riqueza que a burguesia expropria do proletariado é dividida em duas porções, grosso modo. Uma porção é a mais-valia. Outra porção vai para pagar os custos da produção. Parte preponderante desses custos é o valor da força de trabalho. Quanto menor os salários, menor os custos de produção e, assim, maior a lucratividade do capital.

Há, portanto, uma contradição entre o conjunto dos trabalhadores assalariados e o capital. Este quer diminuir, aquele quer aumentar, o valor dos salários. Isto, as classes de transição e o proletariado possuem em comum: a luta pela ampliação dos salários.

Contudo, há um limite para esse campo comum: como os salários das classes de transição têm sua origem na exploração do proletariado pela burguesia, elas compartilham com a burguesia o interesse histórico pela manutenção da exploração do proletariado pelo capital. Apenas o proletariado tem interesse em extinguir a exploração do trabalho pelo capital, pois apenas o proletariado não vive desta exploração.

Ainda mais: a manutenção de baixos salários entre os proletários do campo e da cidade é uma das condições para que as classes de transição⁶ tenham acesso a mercadorias de menor preço. Assim, muito mais frequente do que raro, as classes de transição tendem a ver com simpatia, quando não a apoiar, a repressão das lutas proletárias pelo Estado.

Não é difícil de perceber, portanto, que todos os assalariados são explorados pelo capital. Mas não da mesma maneira. Na medida em que os assalariados das classes de transição compartilham com a burguesia a riqueza que esta extrai do proletariado, sua luta é sempre pela manutenção do capitalismo, de preferência com seus salários aumentados. Isto, é claro, vale para o conjunto dos assalariados das classes de transição, sejam eles produtivos ou improdutivos de mais-valia.

A mais-valia cumpre, portanto, duas funções. A diferença entre elas é o fundamento da diferença entre os assalariados produtivos em geral e o proletariado. Ela sempre serve para a acumulação do capital. Todo trabalhador produtivo de mais-valia contribui imediatamente para a acumulação do capital. Essa a primeira função, a mais imediata e visível delas.

⁶ Vimos, no Jornal Espaço Socialista n.82, como isso também é válido para a aristocracia operária.

A segunda função é a produção de um novo capital, de uma riqueza antes inexistente. A produção do capital, claro está, é sempre também uma sua acumulação. Mas nem toda acumulação é a produção de um novo capital, de um *quantum* de riqueza antes inexistente na sociedade. Apenas o proletariado produz o capital, os outros trabalhadores produtivos de mais-valia apenas acumulam o capital -- apenas o trabalho proletário amplia o "capital social total".

Por isso o proletariado -- diferente dos assalariados produtivos das classes de transição -- é a classe com potencial revolucionário: de suas mãos se origina a totalidade do capital, é a única que não explora outras classes.

VI. classes de transição e reformismo

As classes de transição são o solo social do reformismo. Aliam-se com a burguesia todas as vezes que a sociedade capitalista estiver ameaçada por uma revolução proletária. Nesses momentos, as classes de transição e a aristocracia operária, em boa medida, aderem à contrarrevolução. Contudo, um aumento dos salários das classes de transição pode significar uma diminuição da lucratividade do capital. Abre-se, desta forma, um conflito permanente entre as classes de transição e a burguesia. Aliadas dos capitalistas na manutenção do capital e, sempre que isto não estiver em jogo, em conflito permanente com a burguesia para ampliar seus salários: esse o conteúdo histórico das classes de transição nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Elas são, por isso, o solo social do reformismo: lutam por reformas do capitalismo que ampliem sua participação na riqueza que a burguesia expropria do proletariado.

Em outras palavras, por não serem classes fundamentais (como a burguesia e o proletariado), são incapazes de um projeto próprio, de classe. Apenas lhes resta, então, a alternativa histórica real: manter ou revolucionar a sociedade burguesa. O conservadorismo e o reformismo são, por isso, elementos sempre presentes nas ideologias das classes de transição e refletem o fato de que, no antagonismo da burguesia com o proletariado, ficam com a primeira contra o segundo.

Por trás das ideologias das classes de transição há, portanto, uma determinação histórica que brota da produção regida pelo capital. Esse é solo social de onde brotam as ideologias pequeno-burguesas. Elas são muitas e muito variadas, entre outras coisas porque são muito sensíveis às variações sociais e econômicas no interior das classes de transição. Algumas aparentam ser anticapitalistas e outras, são abertamente conservadoras.

Apesar dessa ampla variedade, uma característica comum a todas elas é pregarem a impossibilidade da superação da ordem do capital (ou a sua variante, limitar a transição a uma sociabilidade que mantenha a exploração do trabalho proletário, o Estado e assim por diante). Mas, o fato de não ser a burguesia, impõe às classes de transição um conflito eterno com a ordem burguesa: lutam para aumentar seus salários. Nisso, o aumento dos salários pela manutenção da ordem do capital, as aproxima, no imediato mesmo as identifica politicamente, com a aristocracia operária, em especial com sua burocracia.

Haveria apenas duas classes sociais, a burguesia e os demais assalariados. Isto significaria que o projeto da revolução proletária -- o de superar a propriedade privada, de destruir o Estado, de deixar na lata do lixo da história as classes sociais e a família monogâmica -- seria inviável pela simples razão da inexistência do proletariado. O possível seria a ampliação dos salários, a melhoria da distribuição de renda, o aperfeiçoamento da democracia -- bem entendido, mantendo a exploração do proletariado.

Ao invés da revolução proletária, deveríamos agora lutar por "mais justiça", "mais igualdade", "mais democracia"... Trata-se, bem pesadas as coisas, de "mais" do mesmo que já temos. E o que temos é a igualdade e a justiça da exploração do proletariado e, claro, a democracia -- que nada mais é que o capital elevado à ordem política.

Quantas vezes não escutamos que a democracia deve ser "aperfeiçoada"? Se não há democracia sem exploração do proletariado -- trata-se, na verdade, de ampliar os salários das classes de transição pelo aperfeiçoamento da exploração do proletariado.

Essa a primeira característica ideológica importante das classes de transição: negam a diferença de classe entre o proletariado e os demais assalariados para justificar ideologicamente a impossibilidade da revolução proletária. Velada a diferença que brota da estrutura produtiva, a distinção de classe entre o reformismo e a ideologia revolucionária fica reduzida à mera diferença de opiniões políticas. Enquanto "apenas políticas", as diferenças podem ser conversadas, negociadas -- pode-se encontrar, pelo diálogo, um "campo comum". Afinal, como diz a ideologia das classes de transição, "somos todos assalariados". É evidente o quanto essa segunda característica foi importante, por exemplo, para o PT chegar ao poder.

A segunda característica importante é que, ao negar a contradição entre o proletariado e as classes de transição, cumpre-se uma importante função auxiliar no controle do proletariado. Quando os autênticos burgueses têm dificuldades para se apresentar como representantes de toda a sociedade, não raras vezes recorre-se às classes de transição.

Como elas são assalariadas, seus ideólogos mais facilmente do que os burgueses podem se apresentar como representantes de "todos os trabalhadores". Os proletários, vendo um trabalhador assalariado⁷ no poder, são possuídos da esperança de que a vida vai melhorar sem ser preciso a superação do capital. Essa válvula de escape é fundamental para o capital evitar a eclosão da revolução quando esta se apresenta na história.

Portanto, e sumariando nosso parêntese sobre as classes de transição e sua relação com a aristocracia operária: do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, da evolução da reprodução do capital, do crescimento do peso da mais-valia relativa, do crescimento do mercado de consumo de massas, da superprodução cada vez maior e assim por diante, -- dessa base econômica se desenvolve o solo social para que as classes de transição e a aristocracia operária, esta representada sobretudo pela sua burocracia sindical e partidária, constituam um bloco com ampla disposição de acordo com o capital, desde que ao redor de uma política de manutenção da exploração do trabalho que seja compatível com a manutenção ou ampliação do seu poder aquisitivo. Ideologicamente, esse é uma base social muito propícia ao desenvolvimento de teóricas e concepções que, ao mesmo tempo, se apresentam como críticas ao capital mas que se mantêm no campo do reformismo ao negar a possibilidade ou mesmo necessidade da revolução proletária ao 1) identificar o socialismo como uma sociabilidade ordenada pelo mercado e pela exploração do trabalho pelo capital, apenas com mais justiça e melhor distribuição de renda; 2) negar a distinção de classe entre os assalariados em geral e o proletariado, desse modo cancelando, na teoria, o sujeito potencialmente revolucionário. Sem esse sujeito, é preciso uma nova proposta de revolução, a ser levada a cabo por um novo sujeito. Como não há terceira via entre o capital e o trabalho proletário, essas negações, independente do desejo dos autores, conduz inevitavelmente à defesa do capital; 3) ao conferir à política e ao Estado uma independência que faz desses complexos os fundantes do modo de produção. A autonomia relativa que tais complexos de fato possuem para com o trabalho e para com a economia, é substituída por uma completa independência. Tal inversão possui elementos idealistas e, na maior parte das vezes, os aprofunda com o passar do tempo. A importância das citações de Gramsci nesse contexto é bastante significativa.

⁷ Ou mesmo um aristocrata operário: basta o exemplo do Lula, mas há muitos na história.

VI. Democracia nas últimas décadas do século 20

À esquerda do espectro político – nosso horizonte neste ensaio, como já assinalamos – uma primeira consequência da crise estrutural foi o aprofundamento das tendências politicistas que já vinham se apresentando nos anos precedentes. A expressão concentrada, longe de ser a única, foi o Eurocomunismo..... mencionar o idealismo do althusserianismo nascente, do maoísmo etc. A derrota das revoluções era explicada apenas pelos erros políticos, etc. Citar Claudin e comentar.

Ao chegarmos aos anos de 1980-1990, o debate sobre a democracia se mantinha intenso. Desde o fim do Estado de Bem-estar até a derrocada final do bloco soviético, as aparências da vida mais imediata pareciam indicar uma crescente vigência prática dos princípios clássicos do liberalismo: o mercado independente do Estado e o individualismo burguês como o motor da história e, portanto, como a máxima realização da liberdade. Econômica e sociologicamente, foram os anos em que a Escola de Chicago e as teses acerca da Terceira Via, Guiddens à frente, conheceram seus momentos de glória. Habermas, com sua *Teoria do agir comunicativo*, fazia o elogio dos instrumentos clássicos da democracia burguesa como mediações para a superação da razão instrumental pela razão comunicativa, aquela uma sociedade de mercado e, esta, uma sociabilidade de interações entre iguais (portanto, democrática).

O debate acerca da democracia, com isso, passou a um novo patamar. Se, nos anos de 1920-30, a democracia era rejeitada *in limine* como burguesa; se nos anos de 1950 o próprio socialismo se apresentava e se defendia como uma sociedade de mercado e ordenada pelo Estado mais eficiente e de maior justiça social que o Estado de Bem-estar, conferindo ao debate acerca da democracia um conteúdo em tudo distinto – agora, na maré crescente da crise estrutural, o debate acerca da democracia regredia aos fundamentos do liberalismo clássico *aggiornado* aos novos tempos: o neoliberalismo econômico e a Terceira Via na política darão o tom dos debates envolvendo a democracia. Agora, muito raramente se fala em transição. Trata-se, na enorme maioria das vezes, dos projetos de aperfeiçoamento e de aprofundamento da democracia já existente. Pela esquerda dessa discussão, temos um Boaventura de Souza Santos. Pela *main stream*, bem mais à direita, temos um Fernando Col ou um _____. Mas é uma ala esquerda e uma ala direita de uma posição que seria tido, nos anos de 1920, como burguesa e contra-revolucionária e que, nos anos de 1950, se identificaria com as posições de Hayeck e Popper contra o Estado de Bem-estar. Um evidente caminhar à direita do debate acerca da democracia como um todo.

(aqui)

Nos anos de 1970, como que uma onda democrática varreu a esquerda. Na América Latina, a luta contra as diversas ditaduras e governos autoritários colocava na ordem do dia a conquista das liberdades democráticas; na África a libertação das colônias portuguesas dava sequência à Revolução Argelina e às lutas de libertação nacional da década anterior. No oriente, o Vietnã derrotava o imperialismo estadunidense, um

feito histórico de enormes proporções. Na Europa, a crise do final dos anos de 1960 já anunciava o fim do assim denominado Estado de Bem-Estar e, logo a seguir, o início da crise estrutural do capital (Mészáros, _____, Paniago, _____) e os primeiros movimentos do que se revelaria a combinação do neoliberalismo (na política e na ideologia) com a reestruturação produtiva, o toyotismo etc. na produção, colocavam na ordem do dia a defesa dos direitos dos trabalhadores – uma defesa imediatamente identificada com a defesa da democracia.

Do outro lado da "cortina de ferro", por mediações diferentes e com uma sequência de eventos muito distinta da "do lado de cá", a derrocada que terminaria com os eventos de 1989-91 também contribuiria para a onda democrática. Vertentes tão distintas quanto marcaria o fim do regime soviético. A crise financeira e ideológica dos muitos Partidos Comunistas alinhados, quando não financeiramente sustentados, por Moscou, teve como consequência, para o nosso tema, o fortalecimento das teses de que o que a experiência soviética carecera fora de democracia. Por um viés muito particular, o fim da URSS jogou também água no moinho democrático: o eurocomunismo e suas repercussões (por exemplo, a difusão e o fortalecimento das concepções que pretendem se apoiar em Gramsci) ajudou a pintar com cores revolucionário-progressistas a luta pela democracia.

Em um polo em tudo oposto aos PCs e a URSS, Debré talvez tenha sido a expressão mais acabada da visão de democracia que imperava nos diversos movimentos de libertação nacional, de guerrilha urbana (do RAF, na Alemanha, até muitos dos agrupamentos que fizeram a luta armada no Brasil e na América do Sul). O núcleo dessa concepção pode ser resumida em poucas linhas: a burguesia apelava para a ditadura ou a governos autoritários porque a democracia a derrubaria do poder. Como só há uma alternativa histórica ao capitalismo, que é o socialismo, rezava Debré, a queda da burguesia significa os trabalhadores no poder, isto é, significa o socialismo. Portanto, a luta pela democracia, nessas circunstâncias históricas era o mesmo que a luta pelo socialismo. Conquistada a democracia, o socialismo seria a decorrência necessária, pois apenas um governo dos trabalhadores poderia implementar a democracia.

Não é de se admirar que, com uma lógica tão estrita e cristalina, a história tenha teimado em seguir por uma via de tudo distinta da anunciada por Debre. Da República Sul Africana ao Brasil, da Nicarágua à Argentina, do Vietnã à Argélia, a relação da burguesia e dos trabalhadores com a democracia se mostrou muito rica e complexa para caber nesse raciocínio excessivamente linear.

Desconsiderando teses e pensadores cuja influência não passou de alguns poucos anos, após os quais apenas sobrevivem na lembrança dos mais velhos (Antony Giddens, Fukuyama, Lipowetsky, Sika (ou algo assim), Adam Schaff, _____), talvez a obra que melhor expresse esse espírito democrático no cenário europeu tenha sido a Teoria do Agir Comunicativo, de Habermas. Ainda que, também ela, não tenha deixado raízes e sua influência tenha se esgotado em termos prático-concretos, ela ao menos é um corpo teórico consistentemente articulado ao redor de uma tese central. Qual seja: